

06 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

# CNJ inicia devassa na folha de pagamento de magistrados de SP

Conselho irá apurar suspeita de que 17 desembargadores e servidores de tribunal receberam remuneração ilegal

**Força-tarefa provoca indignação no TJ-SP e abre nova polêmica com a corregedora do CNJ, Eliana Calmon**

FLÁVIO FERREIRA  
DE SÃO PAULO

A corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) iniciou ontem uma devassa no Tribunal de Justiça de São Paulo para investigar supostos pagamentos ilegais a desembargadores e a eventual evolução patrimonial de magistrados incompatível com suas rendas.

A força-tarefa que iniciou a inspeção é composta por auditores do TCU (Tribunal de Contas da União), da Receita Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda, além da equipe da corregedoria.

O cruzamento de informações fornecidas por esses órgãos levou o CNJ a identificar situações suspeitas no TJ. O foco inicial da investigação é sobre a folha de pagamentos do tribunal, o maior do país, com 354 desembargadores.

Os auditores vão apurar a suspeita de que 17 desembargadores e outros servidores

tenham recebido remunerações do TJ de forma ilegal.

Outro objetivo da inspeção é colher dados para apurações sobre a evolução patrimonial de magistrados.

Nos últimos meses, a corregedoria do CNJ intensificou a verificação dos bens dos juízes, por meio de parcerias com os órgãos de fiscalização que participam da inspeção no tribunal paulista.

Como a **Folha** revelou no mês passado, está na mira do CNJ principalmente o patrimônio de 62 magistrados de todo o país acusados de vender sentenças e enriquecer de forma ilícita.

Também serão inspecionados pelo CNJ no Estado de São Paulo, ao longo desta semana, o Tribunal Regional do

Trabalho da 15ª Região e o Tribunal de Justiça Militar.

A assessoria do TJ informou ontem que o tribunal está fornecendo toda a documentação solicitada pela equipe de investigação.

A corte foi comunicada pelo CNJ de que inspeções do mesmo tipo serão realizadas em vários tribunais do país, segundo a assessoria do TJ.

## INDIGNAÇÃO

A devassa provocou indignação nos gabinetes da corte ontem. A inspeção pode abrir mais um capítulo na série de atritos entre a corregedoria do CNJ, Eliana Calmon, e setores da magistratura, principalmente da paulista.

Em setembro, Calmon criticou a resistência dos tribunais em relação a atos de fiscalização do CNJ, e mencionou o TJ de São Paulo.

"Sabe que dia eu vou inspecionar São Paulo? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro. É um Tribunal de Justiça fechado, refratário a qualquer ação do CNJ", afirmou a corregedora.

Ela foi criticada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso.

A investigação também poderá ter repercussão sobre a eleição para a presidência do TJ, marcada para amanhã.

**“Sabe que dia eu vou inspecionar São Paulo? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro. É um Tribunal de Justiça fechado, refratário a qualquer ação do CNJ**

ELIANA CALMON  
corregedora do CNJ, em setembro

# FOLHA DE S. PAULO

## HÉLIO SCHWARTSMAN

### O país das corporações

SÃO PAULO - Foi só o STF declarar a inconstitucionalidade da exigência de diploma de jornalista para o exercício da profissão que políticos de todos os naipes se articularam para reintroduzi-la, dessa vez via emenda constitucional. Se a proposta que tramita no Senado for em frente, o mais provável é que volte a ser analisada pela corte, com boa chance de ser derrubada outra vez.

A insistência com que se volta ao tema, porém, é reveladora de um dos grandes problemas do Brasil: assombrados por um espírito levemente fascista, não nos vemos como cidadãos de uma República, mas como representantes de uma determinada categoria profissional ou segmento social que seria detentor de "direitos naturais". Nesse esquema, a ação política consiste em inscrever em leis as reivindicações oriundas desses "direitos" e esperar que o Estado as implemente. Viramos o país das corporações.

A dificuldade é que, como todo mundo faz o mesmo, o arcabouço legislativo se torna uma barafunda de reivindicações sindicais promovidas a norma geral. Elas são tantas que fatalmente se chocam. É nesse contexto que se inscrevem as guerras entre médicos e enfermeiros em torno das casas de parto ou entre psiquiatras e psicólogos pelo direito de diagnosticar. Pior para os pacientes e para a sociedade.

Para provar que não exagero, uma rápida consulta às bases de dados do Congresso revela dezenas de projetos de regulamentação de ofícios.

Apesar de a Constituição afirmar que a regra geral é a do livre exercício de profissões, legisladores buscam regular (e, portanto, restringir) as carreiras de modelo de passarela, filósofo, detetive, babá, escritor, cerimonialista, depilador etc. Já resvalando no reino da fantasia, busca-se também disciplinar a ocupação de astrólogo e terapeuta naturista.

Pergunto-me como nossos parlamentares puderam esquecer de Papai Noel e das indispensáveis fadas.

06 DEZ 2011

# FOLHA DE S. PAULO

IRINY LOPES

## Homens e mulheres num caminho de paz

Infelizmente, o cenário no Brasil ainda é assustador, e os números falam por si só: a cada dois minutos, cinco mulheres sofrem agressões

06 DEZ 2011

Masculino ou feminino não é só uma definição de gênero. É uma espécie de alegoria do poder em países como o Brasil, onde a ligação entre violência e gênero, historicamente, estabelece quem são os autores e quem são as vítimas, para firmar o que se poderia chamar de identidade dominante.

Como se a natureza, após séculos e séculos, ainda fosse representada pelo mito da dominação masculina, o que pressupõe força bruta para subjugar a outra espécie: feminina. Neste Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, nos interessa abrir um caminho de paz entre todos os gêneros, com base na consciência de justiça e igualdade.

Porque foi no dia 6 de dezembro, em 1989, que um jovem, Marc Lepine, de 25 anos, invadiu uma escola de Montreal, retirou os homens do local e, em seguida, atirou e matou 14 mulheres e depois se matou.

Numa carta, ele justificava seu ato dizendo que não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia, curso tradicionalmente voltado para os homens.

Massacre é o que não queremos ver mais. Nenhum tipo de violência, seja física ou emocional, face mais cruel dessa desigualdade na sociedade. Por isso, marcamos este dia 6 com uma mensagem: as mulheres brasileiras têm, sim, quem as proteja. São muitas as ações e as alianças firmadas no sentido de que sua integridade seja respeitada.

Nesta terça-feira, em parceria com o Supremo Tribunal Federal e com o Conselho Nacional de Justiça, estamos lançando a campanha Compromisso e Atitude no Enfrentamento à Impunidade e à Violência contra a Mulher, justamente para fechar o cerco contra agressores e criminosos.

Cada instituição formulará ações para enfrentar a violência contra as mulheres no âmbito de suas competências, visando dar prioridade a casos de homicídios de cidadãs.

Infelizmente, o cenário é assustador, e os números falam por si só: a cada duas horas, uma mulher é assassinada no país. A cada dois minutos, cinco mulheres são violentamente agredidas.

Graças à Lei Maria da Penha, o Estado reconhece que a violência doméstica deve ser erradicada. Graças à Central de Atendimento à Mulher - Ligue 80, salvamos muitas vidas. O serviço realizou, de 2006 até outubro deste ano, mais de 2 milhões de ligações — são 58.512 relatos de violência de janeiro até outubro de 2011.

Nós avançamos muito em termos de políticas públicas, mas os desafios ainda são grandes até conseguir a pacificação do Brasil. Por enquanto, é campo de guerra, campo minado de instintos selvagens.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres e órgãos parceiros têm incentivado o diálogo de paz entre homens e mulheres, participando de campanhas como Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, liderada pela ONU.

Em junho deste ano, entregamos ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, um abaixo-assinado com 56 mil assinaturas de homens brasileiros se comprometendo publicamente a contribuir para o fim da violência contra as mulheres.

Vamos acabar com isso, é preciso, em nome de uma sociedade democrática, de fato e de direito. Até porque há avanços significativos.

Avançamos na repactuação das políticas para as mulheres, com Estados e municípios, para aumentar

a escala dessas ações de enfrentamento à violência, em todas as áreas e instâncias de governo.

Não vamos fazer o papel dos municípios nem dos Estados, mas precisamos construir as interfaces e estabelecer a transversalidade das políticas públicas para que elas transformem positivamente a vida das mulheres. É como se fôssemos alinhavando um grande mutirão em prol das mulheres do Brasil. O caminho é longo, e a chegada, um sonho de todas.

IRINY LOPES é ministra da Secretaria de Política para as Mulheres.

# 06 DEZ 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### PARANÁ

#### Manifestantes invadem Assembleia Legislativa

Cerca de 300 manifestantes invadiram ontem a Assembleia Legislativa do Paraná durante votação de projeto que regula a contratação de Organizações Sociais para gerir serviços públicos e rasgaram a ordem do dia. Para eles, o projeto é "uma forma de privatizar o Estado". A sessão foi suspensa.

#### Defesa pede que Marcos Valério seja libertado

A defesa do empresário Marcos Valério Souza, pivô do escândalo do mensalão do PT, e a de seus três ex-sócios presos em Salvador entraram ontem com os pedidos de habeas corpus no TJ (Tribunal de Justiça) da Bahia. Na última sexta, ele foi preso suspeito de participar de esquema de grilagem e falsificação de títulos de terras.

### PAINEL

**Pai da matéria** O juiz Fausto de Sanctis fala amanhã em seminário do Ministério da Justiça sobre lavagem de dinheiro no futebol.

# GAZETA DO POVO

RENÉ ARIEL DOTTI 06 DEZ 2011

## Liberdade de informação e presunção de inocência

**Ziraldo demonstrou que não houve obtenção, para si ou para outrem, de qualquer vantagem ilícita em prejuízo alheio com o registro da logomarca Humor at the Falls**

**O** episódio forense envolvendo a figura de Ziraldo Alves Pinto, pelo registro indevido da logomarca Humor at the Falls, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) quando havia cedido, mediante remuneração, os direitos exclusivos de uso para a organização do evento em Foz do Iguaçu, restitui na pauta dos veículos de comunicação social um conflito permanente de interesses.

De um lado, a Constituição brasileira proclama que "nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística (§ 1.º do art. 220). Mas, esse mesmo dispositivo, em seu final, manda observar os direitos e as garantias previstos no artigo 5.º, incisos IV, V, X, XIII e XIV. Entre eles estão os seguintes: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (inc. X).

Está, portanto, caracterizado um conflito permanente de direitos e interesses em confronto e que deve ser resolvido pelo princípio da razoabilidade. Em textos acadêmicos e profissionais, tenho sustentado que o enfrentamento deve ser resolvido em favor do interesse público visado pela informação. Bem a propósito, a antológica manifestação Thomas Jefferson (1743 - 1826) - 3.º Presidente norte-americano: "Se pudesse decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não vacilaria em preferir a última alternativa."

Mas o assunto estará resolvido quando a informação atingir os referidos direitos da personalidade nos casos rotineiros das investigações e processos criminais? Evidentemente não, sob pena de se tornarem letras mortas as normas, também constitucionais, que garan-

tem aos cidadãos os direitos de resposta e retificação.

O princípio da dignidade humana, como fundamento da República, legitima a prestação de informações e esclarecimentos públicos pertinentes e relevantes, após a publicação do fato. É exatamente esse o caso de Ziraldo, famoso cartunista e um dos líderes, na imprensa brasileira, da luta contra o Estado autoritário conduzido pelos governos militares (1964- 1985). Tal faculdade também atende ao interesse público e ao princípio do devido e justo processo legal que é direito e garantia de todos.

**Está caracterizado um conflito permanente de direitos e interesses em confronto e que deve ser resolvido pelo princípio da razoabilidade**

Nas declarações ao juiz - com total apoio nas provas - o cartunista demonstrou que não houve obtenção, para si ou para outrem, de qualquer vantagem ilícita em prejuízo alheio e muito menos induzimento ou manutenção de alguém em erro, mediante artifício, artil ou qualquer outro meio fraudulento. Não houve o crime de estelionato (Código Penal, artigo 171). Na verdade, desde o registro burocrático da logomarca, há quase dez anos, jamais serviu ela para qualquer outro objetivo. Ziraldo nunca a utilizou para qualquer outra finalidade. Não houve fraude na conduta.

O recurso a ser apresentado aos tribunais terá como fundamento central a inexistência do apontado delito, conforme razões de fato e de direito. E a sua base histórica vem da Revolução Francesa (1789) com expressa recepção pela nossa Carta Política: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória" (artigo 5.º, LVII).

**René Ariel Dotti, advogado, defensor do cartunista Ziraldo, é professor titular da UFPR e portador da Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados e membro da Comissão do Senado Federal para reforma do Código Penal.**

Exame da OAB apresentou  
erros, mas prova aplicada

06 DEZ 2011

DIREITO domingo não será anulada

# Erros não anulam Exame da OAB

Segundo a FGV,  
responsável pela  
prova, candidatos  
foram informados  
sobre questões  
erradas e tiveram  
tempo adicional para  
resolvê-las

↑ A Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou ontem em seu site que detectou erros nas provas de Direito Penal e Direito Constitucional da segunda fase do 5.º exame unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aplicada neste domingo em todo o país. Apesar dos problemas, a instituição descartou a possibilidade de anular o exame, que é requisito para todos os bacharéis em Direito que queiram exercer a advocacia.

Segundo a nota, os candidatos foram informados, durante a aplicação da prova, sobre erratas em algumas questões. Devido às mudanças, eles tiveram um tempo adicional para realizá-la.

A segunda fase do exame teve duração de cinco horas. Os candidatos precisaram redigir uma peça processual e responder a quatro questões, sob a forma de situações-problema, compreendendo uma das seguintes áreas de opção do bacharel (indicada no momento da inscrição): Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Penal ou Direito Tributário.

De acordo com Marinete Luiza Oro, 49 anos, que fez o exame no Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), na capital paranaense, a prova "foi uma confusão". "Tinha gente que já tinha terminado de escrever a peça e só teve mais 30 minutos para retificar", conta. Na primeira fase, 108 mil candidatos se inscreveram para fazer a prova em todo o Brasil. O teste foi realizado no dia 30 de outubro, quatro dias após o Supremo Tribunal Federal rejeitar o recurso de um bacharel em Direito e considerar constitucional a realização da prova.

O Exame de Ordem foi criado em 1994, com a aprovação da Lei do Estatuto da Advocacia e da OAB. Desde então, milhares de candidatos vêm sendo reprovados a exemplo do que ocorreu na edição mais recente, em que apenas 15% conseguiram a carteirinha de advogado. De 1997 para cá, o número de cursos de Direito no país passou de 200 para mais de 1,2 mil, que formam cerca de 90 mil bacharéis anualmente.

## Resultado

Dos 108 mil inscritos na primeira fase, apenas 50 mil foram aprovados e fizeram a segunda etapa. O resultado preliminar dos aprovados — sem a decisão dos recursos — será divulgado em 26 de dezembro. Os candidatos terão três dias para apresentar recurso, das 12 h do dia 26 às 12 h do dia 29. A lista final dos aprovados deve sair no dia 16 de janeiro.

## RECLAMAÇÕES

Veja alguns comentários sobre a prova postados no site do caderno Vidada Universidade, da Gazeta do Povo:

"Realizei a prova de Direito Penal, porém o erro só nos foi informado após mais de 1 hora. Estava com a peça praticamente pronta, tendo que redigi-la novamente no verso do caderno de resposta. Devido ao tempo despendido, não tive tempo de fazer uma questão."

Rodrigo

"A minha peça também estava pronta quando divulgaram a errata, de forma quase sussurrada, em sala. Além disso a prova foi realizada próximo à Arena da Baixada, local do clássico final entre o Coritiba e o Atlético."

Anna

# GAZETA DO POVO

CELSON NASCIMENTO

**OLHO VIVO**

**06 DEZ 2011**

## **Precote**

Se depender da vontade do atual presidente do Tribunal de Justiça, Miguel Kfourri Neto, e de outro numeroso grupo de magistrados afinados com as tradições do Judiciário estadual, a desembargadora Regina Portes será a próxima presidente. A eleição será daqui a um ano, mas as articulações já estão em curso.

# GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

06 DEZ 2011

## Três irmãs e três irmãos

A noite de sábado foi especial para 300 pessoas em Londrina. Nada menos que 150 casais disseram "sim" num casamento coletivo promovido pelo Tribunal de Justiça do Paraná e parcerias. Uma curiosidade foi a participação de três irmãs que se casaram com três irmãos, todos residentes em uma comunidade carente da cidade. Edvaldo, Vagner e José Pedro dos Santos regularizaram o relacionamento com as irmãs Sílvia Cristina, Gislaíne Joyce e Priscila Bento.

## COLUNA DO LEITOR

### Auxílio-saúde

Não vamos entrar no mérito da constitucionalidade ou não do auxílio-saúde do Judiciário paranaense, mesmo porque no Brasil, quando querem, o constitucional vira inconstitucional e vice e versa. O problema é que esta lei entra na seara do imoral. Como ficam os servidores do Poder Executivo e do Legislativo em todas suas esferas (federal, estadual e municipal)? Componentes do Poder Judiciário, que são relativamente muito bem remunerados, podem, os outros, não. E o povinho? SUS neles.

Alfredo Leônico Dias Neto, Barbosa Ferraz - PR



06 DEZ 2011

## GAZETA DO POVO

CRIMEON-LINE

# Hacker usa internet para estuprar

Felippe Antbal

Um hacker de 20 anos foi preso temporariamente, no sábado, acusado de ter estuprado uma jovem de 18 anos, em um apartamento localizado no Centro de Curitiba. Para atrair a vítima, o rapaz a chantageou dizendo que havia conseguido um vídeo em que ela aparecia nua. "Em depoimento, o acusado disse que ele já havia tentado aliciar outras meninas. Infelizmente, até por inocência, essa vítima acabou caindo na armadilha dele", disse a delegada Maritza Haisi, chefe da Delegacia da Mulher (DM).

O acusado foi identificado como Bruno Bernardo Splenger, que morava em edifício residencial de alto padrão, no bairro Bigorrião. Segundo a delegada, o hacker invadiu o programa de troca de mensagens instantâneas — Messenger (MSN) — da vítima, e disse que havia conseguido um vídeo em que ela estava nua. "Ele disse que colocaria a gravação na internet, caso ela não fizesse tudo o que ele mandasse", contou a delegada.

Para dar mais veracidade à armadilha, o acusado teria se passado por uma amiga da vítima, de quem havia roubado a senha do Messenger. O rapaz também usou uma sala de bate-papo para convencer a vítima de que o suposto vídeo realmente existia. "Se passando por outras pessoas, ele disse que havia feito uma varredura no computador da menina e que tinha encontrado um vírus que permitia gravar imagens da webcam da vítima", explicou a delegada.

### O estupro

Apavorada, a menina resolveu se encontrar com o hacker, a fim de impedir a divulgação da gravação. Na Praça Santos Andrade, um rapaz que se apresentou como Ricardo esperava pela garota e fazia menção de estar armado. "Ele disse que o hacker tinha uma dívida com ele e que costumava pagar o que devia cedendo prostitutas a ele", disse Maritza. "Mas, na verdade, o Ricardo era o próprio Bruno (Splenger), novamente se passando por outra pessoa", complementou.

A menina foi levada a um apartamento, na Rua Alfredo Bufren, onde foi estuprada. Um adolescente presenciou toda a violência sexual sofrida pela vítima. "A garota está bastante traumatizada. Ela, aparentemente, era uma garota ingênua. Ela era virgem", contou a delegada.

### Prisão

O caso passou a ser investigado pela Delegacia da Mulher na sexta-feira, depois que a vítima comunicou a violência à polícia. Segundo a delegada, os investigadores foram ao apartamento onde o crime ocorreu. "Ali, mora o adolescente que presenciou o abuso. Ele disse que, inicialmente, não sabia se tratar de um estupro e apontou a verdadeira identidade do estuprador", afirmou Maritza.

Splenger foi preso no apartamento em que morava com a mãe, no Bigorrião. À polícia, ele disse que havia tentado aplicar o golpe outras vezes, mas que apenas essa vítima havia caído na armadilha. A Justiça decretou a prisão temporária dele e a delegada vai pedir a prisão preventiva, para que o rapaz continue detido até o julgamento.

# Assembleia dribla manifestantes e aprova projeto da terceirização

Cerca de 250 pessoas contrárias ao projeto invadiram o plenário. Deputados votaram a proposta em comissão geral para agilizar a

## tramitação

Karlos Kohlbaach e  
Huellides Lucas Garcia

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em primeira e segunda discussões, o polêmico projeto do Poder Executivo que permite ao governo do Paraná repassar a Organizações Sociais (OSs) serviços que são de responsabilidade do Estado. A aprovação, porém, só foi possível após a saída da Casa de cerca de 250 estudantes e sindicalistas, que se manifestavam contra a proposta e tomaram o plenário por mais de quatro horas. A última vez que manifestantes invadiram o plenário da Assembleia para protestar contra uma votação foi em 2001, na tentativa de vender a Copel.

Por mais de quatro horas, os manifestantes ficaram acampados no plenário, sentados nas poltronas destinadas aos deputados. Por volta de 21 horas, percebendo a resistência dos estudantes e sindicalistas, os deputados governistas decidiram driblar a manifesta-

ção. Os parlamentares entraram em consenso e decidiram mudar o local da votação para o Plenarinho — medida prevista no regimento interno da Assembleia. Diante da manobra, os invasores deixaram o Legislativo de mãos dadas, aos gritos de “ão, ão, ão, não à privatização”.

Após a saída dos manifestantes, os deputados voltaram ao plenário para dar continuidade à sessão — a votação ocorreria em sessões extraordinárias. Até o fechamento desta edição, a proposta das OSs ainda seria votada em terceira discussão, já durante a madrugada de hoje.

Ao reabrir a sessão, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), agradeceu aos parlamentares. “Agimos com o equilíbrio necessário para não precisarmos usar a força policial para tirar os invasores do plenário. Houve consenso na decisão, prevalece a democracia e a liberdade para o bem da imagem da Casa.”

## Tumulto

A tranquilidade no retorno aos trabalhos à noite contrastou com o clima de tensão do início da tarde. Estudantes e sindicalistas ocuparam as galerias do plenário para tentar retirar o projeto da pauta do dia e assim promover um debate sobre o tema. A confusão começou pouco antes das 17 horas, logo depois do início da votação da ordem do dia — documento com a lista dos projetos a serem votados.

O primeiro-secretário da União Nacional dos Estudantes (UNE), Alysson Bordi, chegou a atirar os papéis contra o rosto do deputado Stephanes Junior (PMDB).

Diante do tumulto, Rossoni teve de suspender a sessão duas vezes, pelo período de duas horas cada vez. A tropa de choque da Polícia Militar (PM) foi chamada, mas por orientação dos deputados, não entrou no plenário. A preocupação era um possível confronto entre policiais e estudantes.

Governistas acusaram a oposição de “orquestrar” a invasão para evitar a votação do projeto das OSs. “É difícil discutir com baderneiros, São xiitas do PT do Paraná. O próprio governo federal utiliza as OSs para alguns serviços”, disse Ademar Trajano (PSDB), líder do governo Beto Richa na Assembleia. O líder da bancada da oposição, deputado Rnio Verri (PT), contrário ao projeto do Poder Executivo, criticou a forma com que estudantes e sindicalistas se manifestaram. “Essa não é a melhor forma de se protestar”, afirmou o pequista.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## 06 DEZ 2011

### Pressa

A forma como o governador Beto Richa encaminhou a mensagem ao Legislativo foi alvo de críticas ontem por parte de deputados do PMDB, que fazem parte da base de apoio do governador. "Se a intenção do governo era repassar os serviços do hospital de Reabilitação de Curitiba, da Orquestra Sinfônica e do Museu Oscar Niemeyer, como eles justificam, para as organizações sociais, o governador que enviasse um projeto nominando esses serviços. Em vez disso, [o governo] mandou um projeto genérico", disse um deputado do PMDB, que pediu para não ter o nome divulgado.

O projeto só não foi votado na semana passada porque o deputado Tadeu Veneri (PT), argumentou que havia a apreciação de vetos na fila, os quais trançam a pauta se não são avallados até 30 dias após o recebimento.

### "ANTIDEMOCRÁTICO"

## Sindicatos reclamam da tramitação

O projeto do governador Beto Richa (PSDB) de passar à Organizações Sociais (OSs) serviços de responsabilidade do estado se transformou numa enorme polêmica. Em síntese, a intenção do governo é permitir que essas organizações – espécie de ONGs – possam administrar um hospital com menos burocracia, por exemplo. Caberá à OS contratar funcionários e fazer o serviço que deveria ser realizado pelo governo.

Mas, assim como em outros estados que já aprovaram leis semelhantes, houve muita resistência de trabalhadores da área da saúde e outros sindicatos. Para os deputados de oposição, a terceirização representa a "privatização" da saúde do Paraná. Além disso, a celeridade imposta pelo governo para aprovar o projeto desencadeou a confusão no plenário da Assembleia.

Numa carta enviada à imprensa, o Fórum Popular de Saúde do Paraná afirmou que "a maneira como o tema foi encaminhado pelo governo do Paraná é totalmente antidemocrática". "Não houve qualquer consulta à população sobre o tema. O projeto mal chegou a esta casa no dia 23 de novembro e já foi colocado na pauta de votação. Os ocupantes aqui presentes representam boa parte da população, que exige uma audiência pública sobre o assunto", diz a nota. (KK)

### VETOS

Os deputados também apreciaram sete propostas de lei que foram vetadas pelo governador Beto Richa (PSDB). Veja o encaminhamento:

#### Vetos mantidos

- Altera a Lei do Transporte gratuito aos portadores de deficiências;

- Instituto Dia da Paz e da Conciliação;

- Altera a lei sobre a meia-entrada para professores em estabelecimentos de diversões;

- Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais.

#### Vetos derrubados:

- Dispõe sobre normas para compras públicas;

- Obrigatoriedade do envio de telegramas aos candidatos aprovados em concurso público;

- Altera lei sobre a distribuição, venda e comercialização de venenos de ratos e venenos similares.

CONTINUA

06 DEZ 2011

# GAZETA DO POVO

ANÁLISE

CONTINUAÇÃO

## Terceirização merecia audiência pública, diz presidente do TC

Vitor Geron e Rosana Félix

O presidente do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Fernando Guimarães, afirmou à Gazeta do Povo que o projeto de lei que autoriza o governo estadual a repassar a Organizações Sociais (OSs) serviços de responsabilidade do Estado deveria ter sido discutido antecipadamente, para que fossem apresentadas melhorias ao texto antes de ser levado à votação na Assembleia Legislativa. Para Guimarães, "o projeto e as propostas de gestão nele inseridas mereceriam uma audiência pública, organizada e disciplinada em ambiente democrático e civilizado".

O presidente, que ressaltou que não fez ainda uma análise aprofundada e que as opiniões são, dele, não do TC, apontou alguns trechos inconsistentes no projeto. O artigo 1.º, que pretende apresentar os casos de vínculos por cooperação (contrato de gestão), "é muito

**"O projeto e as propostas de gestão nele inseridas mereceriam uma audiência pública, organizada e disciplinada em ambiente democrático e civilizado."**

Fernando Guimarães, presidente do Tribunal de Contas.

genérico", afirmou. "O conceito parte do pressuposto negativo, isto é, poderá ser objeto de contrato de gestão tudo o que não seja casos de exclusividade do poder público ou do ensino regular", apontou Guimarães, em entrevista concedida por e-mail.

Guimarães também destacou a falta de maior vinculação das secretarias de estado diretamente relacionadas com a área do serviço público a ser objeto do contrato. Poderia ser especificado, por exemplo, a defini-

ção das obrigações, tanto na solicitação da cooperação como no acompanhamento dos respectivos vínculos de gestão. Além disso, ele disse que não há regra específica sobre a "necessidade de motivação dos atos e os indicadores, metas e resultados que se pretende atingir com esses vínculos cooperativos".

### Oportunidade

Segundo o presidente do TC, o órgão não emitiu opinião formal sobre o projeto por falta de oportunidade, já que o projeto de lei só se tornou conhecido após ele ter sido encaminhado para votação na Assembleia. Guimarães observou que o órgão poderia contribuir "com um estudo mais aprofundado sobre tema tão relevante, através de comissão formal de estudos, interagindo com os poderes estatais na formulação definitiva do projeto de lei".

Com a aprovação do projeto, o que deve ter ocorrido nesta madrugada, Guimarães disse que caberá ao TC atuar apenas após a sanção do projeto pelo governador. O órgão deverá "definir a forma de aplicação da lei, as regras e mecanismos de controle e, se constatada alguma ilegalidade ou imperfeição, negar aplicação aos casos concretos ou sugerir medidas corretivas".

# DPVAT bate recorde de indenização a acidentados

Até setembro, país pagou R\$ 1,6 bilhão em seguro por morte ou invalidez. Oito entre 10 vítimas são homens. Motos lideram ranking

■ A violência no trânsito fez o número de indenizações pagas pelo seguro DPVAT até setembro deste ano superar o total de 2010. Foram 256 mil indenizações em nove meses, um recorde se comparado às 252 mil registradas em todo o ano passado. Oito em cada dez benefícios liberados foram direcionados a pessoas do sexo masculino, sobretudo motociclistas. Os dados são da Seguradora Líder, administradora do DPVAT no Brasil.

As indenizações por invalidez permanente (quando a vítima não pode mais voltar às suas atividades normais após o acidente) lideram o ranking de pagamentos em 2011, com 165 mil acidentados beneficiados, média de 18 mil por mês. Houve ainda a liberação de indenizações em casos de morte para famílias de 42 mil vítimas e de reembolso de despesas médicas para 48 mil pessoas. Ao todo, R\$ 1,6 bilhão foi pago em indenizações até setembro.

De acordo com a seguradora, 66% das situações indenizadas foram resultado de acidentes envolvendo moto. No caso de invalidez, a motocicleta foi responsável por 72% das indenizações. Proporcionalmente à frota, os acidentes com motos deixam mais vítimas — os automóveis representam 61% da frota nacional e as motos, 26,6%.

“Os motivos variam tanto pela falta de fiscalização quanto pelo perigo da moto, já que o ‘airbag’ da motocicleta é o próprio condutor. Uma queda de moto provoca, geralmente, lesões graves, isso quando não é fatal”, resalta o diretor de relações institucionais da Líder, José Márcio Norton.

## Por região

O Sudeste concentrou o maior número de indenizações por morte no período, com 38% dos casos, e quase a metade dos casos ocorreu em São Paulo. Em relação ao Brasil, o estado responde por 18% dos acidentes indenizados por morte — o mesmo percentual destinado à Região Sul e também às Regiões Centro-Oeste e Norte juntas.

No Sul, o Paraná lidera o índice de ressarcimentos do DPVAT por óbito, com 41%, o que representa 2.955 benefícios pagos. Já o pagamento por invalidez é maior no Norte do país, com 30% dos casos, seguida pelo Sul, com 29%. A seguradora não divulga o balanço por estado.

De acordo com Norton, outros fatores influenciam no aumento de vítimas no trânsito. “Há motoristas que abusam da velocidade e dirigem sob efeito de álcool. Além disso, há a pressão por parte de algumas empresas para que as entregas de motofretes sejam realizadas rapidamente. Isso coloca em risco a vida da pessoa que está trabalhando”, afirma.

O presidente da regional Paraná da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, Jacks Szymanski, revela que as estatísticas do DPVAT demonstram a onda de violência que toma conta do trânsito. “O tráfego está produzindo mais óbitos e mais pessoas com sequelas permanentes. A tendência é piorar cada vez mais com o aumento da frota. Em contrapartida, há pouca fiscalização e baixo investimento em melhorias na estrutura das vias públicas”, ressalta.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 06 DEZ 2011

## Cada R\$ 1 investido reduz R\$ 25 em gastos

! Cada R\$ 1 aplicado nas estradas brasileiras, melhorando a infraestrutura do trânsito, o Estado poderia economizar até R\$ 25 em outras áreas, como a saúde pública. O dado faz parte do levantamento da pós-doutoranda Lillian Diesel, que estuda a "quantificação por acidentes em rodovias" pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

"Investir em infraestrutura é o caminho para diminuirmos o número de acidentes. Também se deve investir em fiscalização e educação. Se as rodovias tivessem melhores condições, 60% dos casos de colisões e atropelamentos poderiam sumir", ressalta. "Poderia até se criar uma faixa exclusiva para motos. Mas outro problema é a falta de educação e conscientização dos condutores. Para minimizar isso é necessário investir em um policiamento ostensivo, que conscientize e penalize quem infringe as leis de trânsito."

O diretor da Seguradora Líder, José Márcio Norton, também acredita na necessidade de implantar políticas públicas para reduzir os acidentes. "É necessário investir na conscientização dos motoristas e também em melhorias de tráfego. Deve-se debater com os próprios condutores medidas que possam diminuir a violência no trânsito", diz.

Ele crê que as escolas devem realizar um forte trabalho de segurança no trânsito com as crianças. "Infelizmente, os adultos só sentem o problema quando atinge o bolso ou acontece alguma fatalidade", diz Norton.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## SUPERAÇÃO

### Após 8 anos, acidentado começa a se recuperar

Há oito anos Carlos Alberto Malaquias, de 44 anos, sofreu um acidente em Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Ele conduzia sua moto pela Avenida Montelero Lobato quando foi atingido por um carro em alta velocidade. Acabou arremessado contra uma árvore. A pancada resultou em traumatismo cranioencefálico. Os médicos disseram aos familiares que não havia perspectiva de vida.

Carlos foi atendido por um socorrista que morava em frente ao local do acidente. O condutor do carro fugiu. Acostumado a salvar vidas como bombeiro, Carlos viu sua vida passar diante de seus olhos.

"Os médicos não deram nenhuma perspectiva de vida a ele", conta a cunhada Graclane Auer Malaquias. No hospital, ele chegou a receber duas extremas unções. Após, passar 45 dias na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Carlos voltou para casa sem conseguir falar e com perda total dos movimentos das pernas e braços.

#### **Vitória**

Hoje, o ex-bombeiro se recupera em clínicas de fisioterapia, equoterapia e faz sessões de fonoaudiologia. Carlos consegue andar e falar com dificuldade. Mas para quem ficou três anos deitado

# 06 DEZ 2011

em uma cama, se alimentando por uma sonda durante dois anos e se comunicando apenas com os piscar dos olhos, conseguir se exercitar em uma bicicleta ergométrica e ficar de pé sozinho já pode ser considerado uma vitória.

"Ele chegou em casa depois do acidente como um 'bebezão'. Era dependente de tudo. Agora, ele já apresenta melhoras e lutamos para que ele consiga evoluir a cada dia", conta a cunhada, responsável pelos cuidados de Carlos.

Para poder comprar uma cadeira de roda, os familiares de Cláudio entraram com pedido para receber indenização do DPVAT. "Nós conseguimos quase R\$ 8 mil. Foi ótimo porque também compramos alguns aparelhos para ele fazer fisioterapia em casa e ajudou na compra de medicamentos", relata Graclane.

**"Essa carnificina no trânsito poder ser controlada pelo próprio homem. A solução está em nossas mãos. Mas parece estar difícil encontrar um caminho."**

José Márcio Norton, diretor da Seguradora Líder.

## DIREITO ASSEGURADO

### Serviço é simples e gratuito

O seguro DPVAT dá cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores terrestres. O benefício foi criado em 1974 e ampara as vítimas de acidentes em todo o território nacional. Motoristas, passageiros e pedestres podem requerer o benefício.

Para acidentados fatais, a indenização aos familiares da vítima é de R\$ 13,5 mil. Em caso de invalidez permanente, o valor máximo também é de R\$ 13,5 mil. Para reembolso de despesas médicas são pagos até R\$ 2,7 mil. O tempo médio para que o seguro seja depositado na conta bancária do beneficiário é de 30 dias.

Para solicitar a indenização, não é necessário o auxílio de intermediários ou advogados. O procedimento é gratuito. "É necessário juntar a documentação e levar ao local de atendimento mais próximo, com um boletim de ocorrência que comprovou ter sido um acidente de trânsito e mais uma perícia médica agendada por nós para evitarmos fraudes", explica o diretor da Seguradora Líder, José Norton. Quem quiser mais informações ou sanar dúvidas pode entrar em contato pelo telefone 0800 022 1204.

O dinheiro das indenizações é oriundo do pagamento feito anualmente pelos proprietários de veículos. Do total arrecadado com o DPVAT, 45% são repassados ao Sistema Único de Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito, e 5% são repassados ao Denatran, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% ficam para o pagamento das indenizações. Neste ano, é estimado que R\$ 3,3 bilhões sejam revertidos ao SUS e R\$ 300 milhões ao Denatran.

# GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

06 DEZ 2011

## Ministério Público cobra a impontualidade paranista

Cícero Bittencourt,  
especial para a Gazeta do Povo

Os constantes atrasos no pagamento dos salários de funcionários e jogadores do Paraná estão cada vez mais expostos. Para acabar com esta rotineira conduta, o Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT-PR) entrou ontem com uma ação cível pública na Justiça contra o clube.

Na ação (número 20580/2011/009) estão citados como motivos do processo pendências relativas a férias, FGTS, honorários profissionais, indenização, entre outros.

Segundo o procurador Ricardo Bruela da Silveira, por diversas vezes o clube descumpriu a legislação trabalhista. "Os representantes do Paraná foram chamados para dar explicações, mas os atrasos voltaram a acontecer. Essa conduta precisa ser revista", afirmou ele.

A ação ainda não tem data para ser julgada. Por enquanto, o clube não deve receber nenhuma sanção. No entanto, se for considerado culpado terá de pagar indenização de R\$ 100 mil por lesão aos direitos coletivos, além do pagamento de multa de R\$ 1 mil por trabalhador prejudicado (valor revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador).

"Recebemos diversos atos de infração contra o clube. O Paraná precisa cumprir seus compromissos e respeitar a legislação trabalhista", criticou o procurador.

De acordo com funcionários do clube, que, temendo represálias, preferem não se identificar, algumas pessoas estão sem receber desde setembro. Para o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação

Profissional do Estado do Paraná (Senalba), que representa os trabalhadores do Tricolor, a diretoria do clube usa diversas práticas para driblar os problemas judiciais.

Segundo a assessoria jurídica do Senalba, os atrasos normalmente chegam a três meses, o que daria direito à rescisão contratual direta, quando um vencimento é pago, além de muitas vezes o acerto ser feito com apenas alguns funcionários, enquanto os demais ficam desprotegidos.

Procurado pela reportagem, o assessor jurídico paranista, Alessandro Kishino, afirmou que o clube ainda não foi intimado sobre a ação e que vai aguardar para se manifestar.

## SÃO PAULO MP denuncia acusados de fazer racha

O Ministério Público ofereceu ontem denúncia contra dois motoristas que disputavam racha em Campinas (SP), na madrugada de 18 de novembro. Um dos veículos envolvidos subiu na calçada e provocou a morte de Kaio Cesar Alves Muniz Ribeiro. O promotor de Justiça Fernando Pereira Vianna Neto denunciou Adriane Aparecida Pereira Diniz Ignácio de Souza e Fabrício Narciso Rodrigues da Silva por homicídio duplamente qualificado. O MP pede que ambos sejam julgados pelo Tribunal do Júri. Segundo a denúncia, Adriane de Souza dirigia um Audi A3 e disputava um racha com Fabrício da Silva, que dirigia um Camaro. Ela foi presa em flagrante e submetida ao teste de bafômetro, verificando-se a taxa de 8,4 decigramas de álcool por litro de sangue. Ele também havia ingerido bebida alcoólica. No carro dela foram encontradas uma lata e uma garrafa de cerveja, ambas abertas.

## NOTA POLÍTICA

### Habeas corpus

Os advogados do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza entraram ontem com um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça da Bahia. Marcos Valério, acusado de ser o operador do mensalão no governo Lula, foi preso na sexta-feira com outras 14 pessoas, acusadas de envolvimento em um esquema de grilagem de terras em São Desidério, no oeste baiano. Os advogados argumentam que, com a reforma do Código de Processo Penal, a prisão só deve ocorrer em último caso.



# GAZETA DO POVO O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER 06 DEZ 2011

## Mulheres de antenas

**C**elebrada na condição de primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff até agora deixou passar seis oportunidades de atuar em consonância com a expectativa corrente em relação às mulheres, de maior rigor na vida pública.

Uma maneira de fazer isso seria mostrar genuína disposição de liderar um processo de mudança nos critérios de funcionamento do governo de coalizão.

Duas mulheres deram exemplos recentes nos quais Dilma ainda dispõe de tempo para se mirar: Eliana Calmon e Marília Muricy, baianas conectadas com a necessidade de não se deixar o Brasil, por mais sucessos que tenha na economia, perder-se nos desvios da desqualificação moral.

Ambas demonstraram coragem e firmeza efetivas para sacudir nichos até então intocados.

Eliana, corregedora do Conselho Nacional de Justiça, com suas diatribes sobre a conduta de magistrados, lança alguma luz sobre a caixa-preta do Judiciário. Faz a diferença.

Marília, autora do relatório que recomendou a saída de Lupi, deu sentido à Comissão de Ética Pública que desde a criação, no governo Fernando Henrique, nunca havia sido contundente na tarefa de zelar pela confiabilidade dos ocupantes de cargos no primeiro escalão federal.

Tanto uma quanto outra recebem críticas daqui e dali, mas mantêm suas posições. A corregedora a cada dia aponta com clareza uma deformação no Judiciário e é conselheira, quando confrontada com a insatisfação do Palácio do Planalto a respeito do voto – aprovado por unanimidade pelo colegiado –, reafirmou a posição.

No caso da presidente da República, suas ações têm implicações mais amplas, evidente. Até certo ponto são compreensíveis as dificuldades políticas que enfrenta.

Não é do dia para a noite que se vira de

cabeça para baixo um sistema herdado, em vigor há muito tempo e, sob a ótica do pragmatismo extremo – governamental e eleitoralmente falando –, vitorioso. Por isso mesmo a presidente conta a seu favor com o benefício da dúvida.

Até agora Dilma Rousseff não tem seguido a trilha da ousadia. Para efeito de propaganda ela é a dona da dita “faxina”, mas no confronto com a realidade o que emerge de fato é a tomada de decisão a reboque dos fatos e a manutenção das Igrejinhas nas mãos dos mesmos párocos.

Na reforma, ela pode mudar essa situação. Tudo vai depender da escolha que fizer: inovar ou deixar tudo mais ou menos como está, na suposição de que o time, sendo vencedor, deve continuar obedecendo as mesmas regras.

O que a presidente pensa sobre a reforma não se sabe. Ela tem consultado alguns ministros, Gleisi Hoffmann, José Eduardo Cardozo e Fernando Pimentel, conversa a respeito com o vice-presidente Michel Temer, obviamente deve se aconselhar com o ex-presidente Lula, mas até agora nada transpirou a respeito do essencial: a adoção de critério mais profissional para a nomeação de ministros.

Embora as apostas em Brasília apontem para alterações meramente pontuais, não se pode perder a esperança de Dilma nos reservar uma boa surpresa, conferindo conteúdo substantivo à sua gestão, a fim de que a condição de primeira mulher presidente do Brasil não seja um dístico vazio.

**Eliana e Marília dão mostras de ousadia sacudindo nichos nunca dantes remexidos**

# O ESTADO DE S. PAULO

LUIZA NAGIB ELUF

## Mulheres precisam

### querer mais 06 DEZ 2011

O último censo do IBGE mostrou que as mulheres têm, em média, mais dois anos de educação que os homens. Mas, em que pese esse diferencial positivo, os salários pagos às mulheres ainda são, em média, 30% menores que os dos homens, na mesma função. Outra constatação intrigante é a de que, quanto maior o nível educacional, maior a diferença entre os rendimentos masculinos e femininos.

Sabemos que o patriarcalismo se sustenta na pobreza da mulher. A ideia é que as mulheres não tenham dinheiro nem poder, precisem vender seu corpo para se sustentar, seja pela prostituição ou pelo casamento. Além disso, essa pesquisa mostrou que não basta ter mais educação formal para que a violência doméstica diminua. A correlação de forças entre os gêneros continua desigual e as mulheres permanecem sofrendo discriminações, tanto no espaço público quanto no privado.

O Brasil já tomou várias medidas para promover a igualdade de gênero. Começou pela Constituição federal, que estabelece direitos iguais, reconhece a união estável, cria a licença-paternidade, equipara os direitos dos filhos independentemente da situação dos pais. Vieram, também, as Delegacias de Defesa da Mulher, o crime de assédio sexual, a Lei Maria da Penha, as Varas de Violência Doméstica. Entendemos que a opressão feminina é milenar e não será bandida do dia para a noite, mas com as possibilidades que temos hoje é de espantar que a maioria das mulheres ainda esteja em tamanha desvantagem. Em outras palavras, a marcha para uma vida melhor está devagar demais.

A dominação masculina transformou o mundo num lugar hostil às mulheres. Nos mínimos detalhes, as atividades profissionais remuneradas são organizadas para causar desconforto à mulher. Os ambientes são rígidos, os banheiros são sujos, o relacionamento com os outros é impessoal, os termos linguísticos são rudes, a nomenclatura dos cargos de comando está no masculino, as roupas são controladas e criticadas, isso tudo sem falar do assédio sexual ou moral, de forma que as mulheres sintam medo de ser mulheres. Assim, diante de tantas dificuldades, muitas desistem antes de tentar, outras alcançam uma posição razoável e se conformam; apenas algumas poucas ousam lutar para chegar ao mais alto possível. É difícil resistir à tentação de se acomodar, de aceitar a subalternidade ou dedicar-se apenas ao marido e aos filhos.

Sim, gostamos de ser mães, de cuidar da casa e dos outros, mas isso não engloba todos os nossos anseios. Precisamos também de independência financeira, sexual e profissional, de respeito, de dignidade e de reconhecimento social. Para escapar da violência e mudar a correlação de forças temos de estar no poder. Mesmo que esse poder, instalado por homens para o bem dos homens, não seja o nosso ideal de vida. Ainda que pareça difícil suportar as contrariedades do ambiente hostil, não será possível evitar esta etapa evolutiva: ocupar os espaços para depois fazer as transformações. Enquanto as mulheres não tiverem a clareza de que é preciso querer mais, ambicionar o máximo e não se contentar com o mínimo, os bons níveis de escolaridade não serão suficientes para vencer a imposição de inferioridade.

Por outro lado, não podemos prescindir da colaboração dos homens nessa árdua jornada. E eles precisam começar modificando a forma como encaram as relações afetivas. Sobre esse tema, David Servan-Schreiber, médico francês que escreveu dois livros para contar sua luta contra o câncer, sintetizou o assunto na obra *Podemos Dizer Adeus Duas Vezes*. Depois de muita meditação e durante os momentos finais em que passou a rever sua vida, reconheceu que não soube amar as mulheres como gostaria de ter amado. Em suas palavras: "Quando eu era muito jovem, tinha a cabeça cheia de ideias imbecis sobre o assunto. Para mim, amor era coisa que o homem impunha à mulher, pois ela era por essência recalcitrante. O único modo de agir era subjugar-la. Uma história de amor era em primeiro lugar uma história de conquista, depois uma história de ocupação. Pura relação de força, na qual o homem tinha interesse em se manter na posição dominante. Nem pensar em deixar-se levar, mesmo depois de ela se render. Como a dominação era ilegítima, ele devia vigiar constantemente sua conquista, devia mantê-la sob sua influência, se quisesse evitar que ela se rebelasse. Impossível imaginar uma relação harmoniosa, uma relação baseada na troca ou numa igualdade qualquer dos parceiros. Ainda me pergunto de onde me vinham aquelas ideias idiotas que deterioraram minhas histórias de amor até por volta dos meus 30 anos. Eu me esforçava por me comportar como potência ocupante. Minha busca amorosa se resumia à procura de um território para conquistar. Resultado: eu amava, às vezes loucamente, mas não era

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

amado. Ou mesmo quando o era, não me autorizava a me sentir amado. Porque, nesse caso, precisaria depor as armas. Que tristeza ter perdido tanto tempo e tantas oportunidades de felicidade! Por fim, acabei me desvencilhando daquelas ideias grotescas, dei um salto quântico que me projetou anos-luz, num universo encantado em que as mulheres são dotadas de inteligência e conseguem compartilhar comigo uma infinidade de interesses comuns. Finalmente, fui capaz de viver verdadeiras histórias de amor, com mulheres que eram iguais a mim, humana e intelectualmente. Consegui abandonar o frustrante papel de tutor. Aprendi que há muito mais prazer em dar e receber do que em dominar ou impor-se pela sedução”.

Talvez seja isso que nossas escolas tenham de ensinar para que os níveis de instrução formal possam fazer alguma diferença.

●  
PROCURADORA DE JUSTIÇA DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO,  
É AUTORA DE VÁRIOS LIVROS,  
ENTRE OS QUAIS 'A PAIXÃO NO  
BANCO DOS RÉUS', SOBRE CRIMES  
PASSIONAIS, E 'MATAR OU MORRER  
- O CASO EUCLIDES DA CUNHA'

# 06 DEZ 2011

**Os bons níveis de  
escolaridade não bastam  
para vencer a imposição  
de inferioridade**

# O ESTADO DE S. PAULO

## Marcos Valério **06 DEZ 2011** pode ter de ressarcir R\$ 500 mil ao erário

Dinheiro teria sido desviado do antigo Banco do Estado de Minas, no esquema do mensalão mineiro, em 1998

Preso na última sexta-feira, sob a acusação de envolvimento em grilagem de terras e fraudes com registros de Imóveis inexistentes na Bahia, Marcos Valério Fernandes de Souza será, em breve, alvo de ação de ressarcimento ao erário movida pelo Ministério Público de Minas Gerais.

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público espera finalizar até o fim do ano a ação que pede que Valério e outros réus no caso que ficou conhecido como mensalão mineiro sejam condenados a devolver recursos públicos que saíram do antigo Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e foram parar na fracassada campanha à reeleição do então governador Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998.

Laudos do Instituto Nacional de Criminalística da PF comprovaram que R\$ 500 mil de empresas do grupo Bemge foram destinados supostamente para patrocínio do Iron Biker, evento esportivo organizado pela agência SMPB, que tinha Valério como sócio. No inquérito, a PF revela ainda que R\$ 5,17 milhões saíram de estatais via cotas de patrocínio para o Iron Biker e o Enduro da Independência.

A denúncia apresentada pelo então procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, e ratificada pelo Ministério Público Estadual, foi recebida em fevereiro de 2010. O ex-procurador apontou desvio de pelo me-

nos R\$ 3,5 milhões para a campanha à reeleição, por meio da "retirada criminosa" de recursos públicos do Bemge (R\$ 500 mil) e das estatais Copasa (R\$ 1,5 milhão) e Companhia Mineradora, atual Codemig, (R\$ 1,5 milhão).

De acordo com o MP, a ação deverá cobrar o ressarcimento, em valores corrigidos, de cerca de R\$ 1 milhão, referente apenas aos recursos do Bemge. "Quando surgiu a história do mensalão veio a descoberta de que esses recursos não só não foram usados no evento como serviram para pagar empréstimos fictícios à SMPB para poder desviar os recursos para a campanha", disse João Medeiros, do MP mineiro.

De acordo com o promotor, a ação não vai abranger os supostos patrocínios de Copasa e Codemig porque os repasses dessas estatais já são objeto de questionamento em inquérito que tramita Supremo Tribunal Federal.

Ele diz que ainda apura a participação e os "agentes políticos" que serão requeridos na ação. Mas adiantou que, além de Valério, seus ex-sócios na SMPB e os responsáveis pela autorização para os repasses do banco serão incluídos na ação. Figuram como réus no processo o ex-subsecretário de Comunicação do governo, Eduardo Pereira Guedes Neto, e o ex-presidente do Bemge, José Afonso Bicalho.

O Estado não conseguiu contato ontem com Valério e os réus citados. Todos já negaram envolvimento em irregularidades.

### • Habeas corpus

O empresário Marcos Valério e três sócios, presos em Salvador, pediram ontem habeas corpus para se defender em liberdade. Eles foram detidos sexta-feira, por fraudes e grilagem de terras.

06 DEZ 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

CRISTINA PADIGLIONE

### Derrotado em ação, SBT suspende jingle

**O** SBT não pretende – nem pode mais – contestar na justiça que o famoso jingle de Silvio Santos é obra de Archimedes Messina. O autor tem vitória em todas as instâncias desde 2006, mas ainda aguarda de SS o pagamento pelo uso, por anos a fio, de seu “Lalá-lará... Silvio Santos vem aí”. A negociação de valores se arrastava, havia cinco anos, em caráter sigiloso, quando veio à tona, irritando o patrão, que resolveu suspender o jingle desde o último domingo. No SBT, a suspensão é tratada com “cautela”. Pela primeira vez em 40 anos, o programa foi aberto sem o “lalá-lá-rá”. Uma trilha instrumental deu o tom e, instruído pelas claque, o auditório gritava “por que parou?/parou por quê?”.

### SÔNIA RACY

#### Reveses

Justiça de SP derrubou liminar que suspendia a PPP da Saúde em São Paulo. Volta a valer o edital para construção de três novos hospitais e a reforma de outros nove.

06 DEZ 2011

CNJ

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Pesquisa revela ambiente de trabalho em tribunais

Maioria dos magistrados e servidores sentem orgulho em trabalhar no judiciário

Mais de 80% dos magistrados e 78% dos servidores que responderam à Pesquisa de Clima Organizacional realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sentem orgulho em trabalhar no Judiciário "sempre" ou "com frequência". Isso é um dos dados revelados por juízes, servidores e usuários que preencheram espontaneamente o formulário do estudo, no período de 1º a 30 de setembro, no portal do CNJ.

Apenas 2,1% dos 803 magistrados que responderam à pesquisa não se consideram satisfeitos com o trabalho. Mais de 90% dos formulários foram preenchidos por juízes de primeira instância. São Paulo (15,3%), Minas Gerais (14,2%), Pernambuco (7,8%), Paraná (6,6%) e Rio de Janeiro (6,4%) foram os Estados com a maior participação deste público na pesquisa.

Já 80,3% dos magistrados e 48,1% dos 7.261 servidores que participaram da enquete, acreditam que o volume de trabalho não permite que os processos sejam concluídos no tempo previsto pela legislação. As instalações físicas foram consideradas adequadas por 48,1% dos juízes e 50% dos servidores.

## Gargalos

No total, magistrados e juízes responderam 28 perguntas sobre infraestrutura, relacionamento interpessoal, treinamento, estilo de liderança, tecnologia da informa-

ção, fluxos de trabalho e instalações físicas, entre outros. Os usuários, por sua vez, foram questionados sobre a qualidade do atendimento e dos serviços prestados. A partir desse diagnóstico, os tribunais podem eleger projetos prioritários para superar os gargalos apontados no ambiente interno.

O resultado da pesquisa está disponível na Internet apenas com dados gerais para não suscitar erros de interpretação na análise estadual. "Como a participação na pesquisa é voluntária, não temos como garantir a representatividade por Estado. Vamos enviar para os tribunais os resultados gerados para que aprofundem o diagnóstico e proponham ações para sanar os problemas", explicou o diretor de Gestão Estratégica do CNJ, Fabiano de Andrade Lima.

O diretor cita o caso de Amapá e Roraima onde nenhum magistrado respondeu o questionário. "Para eles, os dados colhidos não representam a realidade local porque nenhum juiz que vive lá mostrou sua opinião". Em setembro de 2012, o CNJ deve organizar a segunda edição da pesquisa para verificar se as deficiências apontadas em 2011 foram sanadas e identificar os próximos desafios.

De acordo com Fabiano de Andrade Lima, o diagnóstico deve ser analisado com cuidado, levando em consideração a metodologia aplicada, para não criar cenários ilusórios. "Como a pesquisa dependia da iniciativa dos pesqui-

sados, devemos estabelecer alguns filtros na análise".

## Segurança

Ele citou como exemplo os dados sobre as condições de segurança no trabalho. Neste item, apenas 19% dos 803 juízes questionados as consideraram adequadas. "Temos que aprofundar essa informação para checar se o assassinato da juíza Patrícia Accioli, ocorrido um mês antes da pesquisa, não pode ter influenciado na sensação de insegurança dos magistrados ou se não há a segurança necessária para o exercício da profissão", concluiu.

Outro ponto que poderá ser trabalhado nos tribunais é a divulgação do planejamento estratégico para o público interno. Apenas 16,2% do universo de magistrados pesquisados revelaram levar em consideração o planejamento para suas decisões cotidianas. Outros 42,3% dos juízes e 40,4% dos servidores disseram que "poucas vezes" recebem informações sobre a gestão estratégica do órgão.

A área de tecnologia da informação também teve bom desempenho na pesquisa com 59% dos magistrados e 60% dos servidores considerando-as adequadas.

## Estímulo

Entre os aspectos negativos, 45% dos servidores disseram que "poucas vezes" o órgão favorece a participação em treinamentos que melhorem o desempenho nas

atividades diárias.

Em contrapartida, 70% acham que as pessoas se relacionam bem "com frequência" e 13,5% "poucas vezes". Na relação com a chefia, 80,45% revelaram que os chefes contribuem para que o trabalho seja realizado e 90,9% afirmam que os gestores os tratam com respeito e cordialidade "sempre" e "com frequência".

## Usuários

Das 18.708 pessoas que participaram voluntariamente da Pesquisa de Satisfação, 47% se apresentaram como advogados e 25% como parte de processos. Os usuários da Justiça (77,6%) reconhecem que os tribunais utilizam meios alternativos (Internet, Justiça Itinerante e protocolo integrado) para facilitar o acesso aos serviços dos tribunais. Outros 71,3% dos usuários consideraram as instalações físicas limpas e organizadas.

Cerca de 75% dos respondentes consideraram que os portais dos tribunais são de fácil acesso e 47,4% disseram ter facilidade em encaminhar sugestões, reclamações e dúvidas para os tribunais, mas 64,8% afirmaram que não recebem respostas em tempo hábil.

Do total de usuários que responderam o questionário, 56,7% disseram que o prazo legal para encerramento dos processos "nunca" é respeitado e 62,7%, que as audiências "nunca" acontecem no horário marcado.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## **Informe Judiciário**

**06 DEZ 2011**

### **Visita**

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, recebeu na tarde do dia (1º/12) a visita do comandante-geral da Polícia Militar do Paraná, coronel Robertson Luiz Bondaruk, acompanhado de um grupo de oficiais. O objetivo foi a entrega da espada que pertencia ao presidente, desde a época em que atuava como oficial militar, e que foi restaurada recentemente. O presidente recebeu a espada das mãos do representante da turma de oficiais recém-formada, tenente Lewandowski. Emocionado, disse: "agradeço a iniciativa desse gesto que me deixou sensibilizado e muito feliz". Na ocasião foi-lhe entregue também, o convite de formatura do curso de Formação de Oficiais 2011, que acontece no dia 9 de dezembro. Da visita, que contou com a presença dos desembargadores Adalberto Xisto Perelra e Guilherme Luiz Gomes, participaram, também, o chefe da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça, coronel Luiz Rodrigo Larson Carstens e o comandante da Academia Militar do Guatupê, tenente coronel João de Paula Carneiro Filho, entre outros oficiais.

### **Mudança dos Juizados Especiais**

Teve início na segunda-feira (28/11) a mudança dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Curitiba para a nova sede, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2826, no Bairro Água Verde. O término da mudança está previsto para o dia 9 de dezembro. No novo endereço, o atendimento ao público será a partir do dia 12 de dezembro. Com a mudança, todas as Varas de Juizados Especiais de Curitiba serão agrupadas em um único prédio, o que facilitará o acesso da população e evitará equívocos quanto ao endereço. Durante a mudança a população continua sendo atendida. Qualquer cidadão que precisar dos Juizados Especiais deverá procurar um dos endereços abaixo, onde sempre haverá algum servidor e um juiz para análise do problema.

### **Atendimentos durante o período da mudança**

Juizados Especiais Cíveis - o atendimento será mantido na sede da Rua Inácio Lustosa, nº 700, com suspensão dos prazos e regime de plantão judiciário em todo o período.

Juizados Especiais Criminais - atendimento na sede da Rua Fernando Amaro, 60. Juizado Especial da Fazenda Pública - atendimento na Rua Lysímaco Ferreira da Costa, 355. Eventuais dúvidas também poderão ser esclarecidas por meio dos seguintes telefones: Juizados Especiais Cíveis - 3234-3600, Juizados Especiais Criminais - 3363-2914, Juizado Especial da Fazenda Pública - 3352-4095 e Tribunal de Justiça - 3200-2775.

**CONTINUA**

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CONTINUAÇÃO 06 DEZ 2011

### **Campanha Papai Noel dos Correios**

Proposição inédita do Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR, em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná - AMAPAR, apóia a campanha "Papai Noel dos Correios", de iniciativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O objetivo principal é responder às crianças que escrevem ao Papai Noel e, sempre que possível, atender aos pedidos de presentes daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social (baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH). Os Correios estabeleceram parcerias com escolas públicas, creches e abrigos carentes de Curitiba, os quais, além de orientar as crianças quanto aos pedidos, também desenvolvem a habilidade na redação da carta, de como endereçar e usar o selo postal. O lançamento da campanha foi na terça-feira (29), na sede dos Correios, onde esteve presente o Presidente da AMAPAR, juiz Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra. As cartas poderão ser escolhidas por magistrados, servidores e, eventualmente, pelo público externo que tenha acesso à entrada do Palácio da Justiça (em frente à capela), onde as cartinhas estarão disponíveis na árvore de Natal. Os Interessados deverão realizar a entrega dos presentes, de acordo com a solicitação da carta e em papel apropriado, até o dia 10/12, na sede da AMAPAR (9º andar do Palácio da Justiça) ou no gabinete do Desembargador Luiz Tarô Oyama, no edifício da Rua Mauá.

### **Auxílio-saúde**

O Diário Oficial do Estado do dia 29.11 publicou a Lei n.º 16.954, que implanta o auxílio-saúde para magistrados e servidores efetivos do Poder Judiciário, ativos e inativos. A lei passa a vigorar em 1.º de Janeiro, mas produzirá efeitos financeiros a partir do mês de fevereiro do ano vindouro. Norma regulamentadora será editada pela presidência do Tribunal de Justiça. "A saúde e o bem-estar de magistrados e servidores é preocupação constante da administração do Tribunal de Justiça. A Assembleia Legislativa analisou criteriosamente a mensagem do Tribunal, culminando por transformá-la em lei. A sanção, por parte do Poder Executivo, concretiza essa importantíssima conquista para todos os que militam no Judiciário paranaense" - ressaltou o desembargador Miguel Kfourl Neto, presidente do TJPR.

**CONTINUA**



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

06 DEZ 2011

## Delegação de Campo Mourão

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourl Neto, recebeu dia 29/11, uma delegação de representantes da comarca de Campo Mourão, com o objetivo de solicitar a criação e instalação da 3ª Vara Cível, tendo em vista o grande volume de feitos lá existentes; a instalação de uma Vara de Execuções Penais - VEP, em virtude da futura construção de um Centro de Detenção e Ressocialização (CDR) e ainda a possibilidade de se reclassificar a comarca de Campo Mourão para entrância final.

Após ouvir as reivindicações, o presidente Kfourl disse com relação à VEP "a partir do momento em que a Secretaria de Justiça autorizar o início da construção do CDR, cujo terreno já foi doado pela prefeitura local em favor do Estado do Paraná, esse pleito será deferido. Quanto à 3ª Vara Cível, vai depender da análise da Corregedoria. Se for favorável, seguirá os trâmites legais para sua criação". E mais: "A mudança para a entrância final também será assunto para análise e não depende só da presidência do Tribunal, mas vocês terão o meu total apoio para todos os pedidos. Além do que, o Tribunal de Justiça tem grande prazer em recebê-los e tem sido sempre receptivo a esses pleitos".

## Plantão Judiciário

Os Juízes de Direito Lydla Aparecida Martins Sornas (1º grau) e Naor Ribeiro de Macedo Neto (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 5/12/2011 a 12/12/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

06 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TRF-4 analisa petição contra o juiz

Nesta terça-feira (6/11), a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região julga pedido de exceção de suspeição contra o juiz José Paulo Baltazar Junior, titular da 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre. O juiz é acusado de ser suspeito para conduzir o processo em que o casal Gruenberg é acusado de denúncia caluniosa e de formação de quadrilha. O empresário Wolf e sua esposa, a fonoaudióloga Betty Gruenberg, foram presos na Operação Mãos Dadas, deflagrada pela Polícia Federal em 2008.

A ação do casal Gruenberg contra o juiz é assinada pelos advogados Eduardo Augusto Pires, Marcelo Zaturansky Nogueira Itagiba, Paulo Henrique da Rocha Lins e Gustavo Rodrigues Nunes. O advogado Marcelo Itagiba fez nome e fama como delegado da PF. Eleito deputado federal, presidiu a CPI dos Grampos.

Excessivo e injustificável rigor, com resistência às teses e argumentos usados pelos acusados. Violação ao princípio da imparcialidade, com pré-julgamento do mérito em decisões dadas ainda na fase investigativa. Inconstitucionalidade das regras de prevenção. Esse é o rol de acusações que os advogados do casal Gruenberg elençam contra o juiz, que rejeitou a exceção de suspeição.

Wolf e Betty Gruenberg foram acusados pelo Ministério

Público Federal da prática de cinco delitos: "prática de estelionato contra a União, para obter precatórios que lhes foram concedidos; como venderam as oito últimas parcelas de um precatório (que teria sido obtido ilegalmente) ao Banco Pactual, teriam cometido fraude contra um estabelecimento de crédito; para montar uma ação delituosa bem concatenada, contrataram advogados que articularam os injustos resultados que obtiveram, o que configura formação de quadrilha; o dinheiro ilícito foi enviado ao Uruguai, configurando evasão de divisas; e, como o dinheiro teria origem ilícita, estaria configurada também a lavagem de dinheiro; haveria também, para obter estes resultados, o crime de corrupção de funcionários públicos".

Todas essas acusações caíram. E o juiz Baltazar Junior comanda a única ação penal que sobrou sobre o caso: de denúncia caluniosa e de formação de quadrilha. Esta última é questionável, como afirma a defesa, uma vez que não há crime antecedente que a caracterize. Todas as demais acusações já caíram ou no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça, como afirma o advogado Marcelo Itagiba.

De acordo com as suspeitas da Polícia Federal, Wolf Gruenberg e Betty Guendler fariam parte de uma quadrilha que já havia

fraudado, até aquele ano, R\$ 10 milhões da União, por meio de um esquema que envolvia empresas de fachada e o recebimento de verbas resultantes de ações trabalhistas fraudadas. A intenção, apontou o órgão na época, era desviar, até 2016, quase R\$ 1 bilhão dos cofres públicos.

Na decisão em que rejeita a exceção de suspeição, o juiz José Paulo Baltazar Junior afirma que "as decisões proferidas no curso da investigação, ainda que defiram restritivas de direito dos investigados, não geram a suspeição do magistrado, uma vez que o convencimento manifestado é apenas provisório, produzido com base nos elementos de prova existentes até então, e com adequada fundamentação".

Com a recusa de sua própria suspeição, Baltazar Junior ordenou a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para que os seus integrantes a analisem.

De acordo com a defesa do casal, contrariando o Princípio da Iniciativa das Partes, segundo o qual a jurisdição somente poderá ser exercida caso seja provocada pela parte ou pelo interessado, o juiz determinou o desenrolar das investigações, mesmo depois de o Ministério Público ter pedido o arquivamento do inquérito policial. Para o parquet, não haveria interesse federal no caso.

06 DEZ 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Empregado que ficou sem salário recebe indenização

Treze meses trabalhando sem receber salário. A hipótese pareceu descabida para a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que mandou a Ellus Tintas indenizar em cerca de R\$ 55 mil, por danos morais, um trabalhador que teve seu salário atrasado em mais de um ano. A decisão foi unânime.

Por si só, o descumprimento das obrigações contratuais, como o atraso no pagamento de salários não gera indenização por dano moral. Como explicou o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, relator do recurso, o caso do trabalhador é diferente porque, ao contrário do que acontece com outros casos analisados pela Justiça do Trabalho, neste, a empresa, de forma unilateral, considerou rescindido o contrato de trabalho.

Ao reformar sentença condenatória, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (Espírito Santo) lembrou que apesar de a conduta do empregador ter causado uma série de aborrecimentos ao empregado e de a falta de salários por meses ter afetado a sua renda familiar, não havia comprovação da situação de penúria econômica e financeira capaz de provocar sofrimento de ordem moral.

FOLHA Cidadania

FOLHA Cidadania

FOLHA Cidadania

O Programa Folha Cidadania tem como objetivo criar o hábito de leitura entre os jovens.

06/12/2011

FOLHA Política

## ANTISSEPZIA

# Juiz nega pedido para anular relatório da CEI da Saúde

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, negou o pedido de liminar feito pelo prefeito Barbosa Neto (PDT) para que o conteúdo do relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Saúde fosse anulado. O pedido foi assinado e protocolado na Vara pelo advogado do prefeito, João dos Santos Gomes, no último dia 23.

O argumento usado pelo advogado questionava o relatório da CEI da Saúde por ele ter sido baseado nas provas da operação Antissepsia, delagada pelo Gaeco em março deste ano. A tese da defesa é de que a Justiça Estadual foi considerada incompetente para investigar o suposto desvio de verbas na área da saúde, já que o dinheiro também era oriundo do governo federal. Assim, o material colhido pelo Gaeco não teria validade.

No despacho, o juiz lembrou que o Poder Legislativo tem competência para fiscalizar o Executivo.



● Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Pertence ao Ministério Público Estadual

● Neste caso específico, quer dizer que a Justiça Estadual não teria poder para investigar isso

"Ao judiciário não cabe, sob pena de grave ofensa ao princípio de separação dos poderes, revisar o mérito dos fundamentos alinhados pelo Plenário daquela Casa de Leis quando da liberação pela aprovação do relatório da CEI."

Procurado, o advogado do prefeito disse que estava em reunião, e não quis dar

entrevista sobre o assunto. A outra advogada do prefeito, Cláudia Rodrigues, afirmou que a decisão não interfere em sua defesa. "Eu trabalho com a defesa no caso da CP, e meu ponto é que não existem provas em relação ao prefeito para a abertura dessa investigação", ressaltou, sem entrar em detalhes.

06 DEZ 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Estuprador atrai vítima pela internet

Rubens Chueire Jr.  
*Equipe da Folha*

Curitiba - Um jovem de 20 anos, morador de um edifício de classe média alta na Rua Martim Afonso, no bairro Bigorriho, em Curitiba, foi preso no final de semana por suspeita de estuprar uma jovem de 18 anos.

Segundo informações da Delegacia da Mulher, o suspeito armou um esquema pela internet para atrair a vítima.

Com ameaças, hackeamento de computadores, e utilizando identidades diferentes, o rapaz convenceu a vítima a se encontrar com ele. O rapaz adicionou o contato da menina no MSN e, como forma de intimidá-la, garantiu ter um vídeo e imagens dela nua. Após minutos de conversa, o suspeito disse que para não divulgar o arquivo na internet, precisaria que a jovem fosse a um encontro.

De acordo com a delegada Samia Cristina Coser, que acompanhou as investigações, na tentativa de convencer o suspeito a entregar as imagens, a vítima aceitou um encontro, em frente à Praça Santos Andrade, no Centro de Curitiba, no dia 28 de novembro. Lá, o criminoso disse estar armado e obrigou a moça a ir até um

apartamento, localizado nas proximidades. No local, mora um adolescente, que testemunhou o crime.

"O adolescente confirmou toda a história e ainda ajudou a vítima depois do estupro. A moça acabou de completar 18 anos. É inocente e não buscou ajuda dos pais ou familiares. Quis resolver tudo sozinha, infelizmente", destacou a delegada.

Mesmo após as ameaças, a vítima procurou a Delegacia da Mulher. Segundo a delegada, a jovem passou por exames e recebeu medicação. Ela também acompanhou os policiais até a residência do criminoso.

O adolescente, proprietário do apartamento, confirmou todas as informações. Com as denúncias, a polícia decretou a prisão temporária por 30 dias do rapaz, que está detido na carceragem da Delegacia da Mulher e aguarda liberação para ser encaminhado para uma penitenciária.

"Informalmente o jovem confirmou o crime e disse que já tinha tentado aplicar o golpe em outras moças. A jovem de 18 anos teria sido sua primeira vítima. Entretanto, posteriormente, na companhia do advogado, ele negou todas as informações", afirmou a delegada.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Plenário 06 DEZ 2011

# Baderna geral

Assembleia é invadida por manifestantes contrários à contratação de Organizações Sociais, mas projeto é aprovado



Magaléa Mazzioti

Manifestantes emperraram a votação por quatro horas.

**T**enso. Assim foi o dia de ontem na Assembleia Legislativa, por conta do projeto que autoriza o governo estadual a contratar Organizações Sociais (OSs), entidades privadas sem fins lucrativos, para várias áreas, com exceção de educação e segurança. Beto Richa diz que a intenção é usar essa forma de gestão para o Hospital de Reabilitação, Orquestra Sinfônica do Paraná e Museu Oscar Niemeyer. Após várias interrupções e a invasão do plenário por manifestantes contrários à proposta que, segundo eles, terceiriza serviços públicos, a matéria foi aprovada em primeira discussão por 40 votos contra 8, e em segunda discussão, por 39 votos contra 8, com os reclamantes já do lado de fora do prédio. Até o fechamento desta edição, os deputados ainda debatiam emendas.

No início da tarde, a matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com voto contrário do deputado Tadeu Veneri (PT), que havia pedido vistas na reunião anterior. Cerca de trezentos sindicalistas, servidores estaduais e estudantes lotaram as galerias da Casa

para pressionar a derrubada do projeto das OSs. Ânimos exaltados desse grupo suspenderam por três vezes a sessão. Os manifestantes gritaram palavras de ordem e vaiaram os deputados que defendiam o projeto do Executivo. A TV Sinal, órgão do Legislativo que transmitia a sessão, cortou o áudio dos manifestantes.

Logo após a sessão ser retomada pela segunda vez, os manifestantes invadiram o plenário, por volta das 16h45. Alguns servidores relataram que foram agredidos por seguranças da Casa com choques elétricos. O deputado Stephanes Junior (PMDB) foi agredido e gritou com os manifestantes: "São sindicalistas muito bem pagos pelo PT que manipulam estudantes. Vocês não representam o povo do Paraná". Para o peemedebista, "o PT precisa entender, de uma vez por todas, que perdeu a eleição".

Quando houve a invasão, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), informou que a sessão seria retomada dentro de duas horas, ou seja, perto das 19h. Mas pouco antes das 19h, o prazo para reinício dos trabalhos foi prorrogado por mais duas horas, ou seja, 21h.

# JORNAL DO ESTADO

Detran 06 DEZ 2011

O Tribunal de Justiça pediu informações do governo do Estado e da Assembleia Legislativa sobre a lei que permitiu o reajuste das taxas de serviços do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A decisão do TJ foi em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela bancada do PT contra o reajuste das taxas. Na Adin, os petistas argumentam que a lei é inconstitucional por implantar um reajuste que desrespeita o princípio da equivalência que deve haver entre o custo real do serviço público e o valor cobrado do cidadão. A Constituição também não permite que a arrecadação resultante das taxas, caracterizadas tecnicamente como tributo, seja transferida a um outro setor.

## Contra a corrupção (I)

Entre os dias 14 e 16 de dezembro, a Curitiba será palco de uma grande mobilização pela moralidade. A "II Mobilização Estadual Contra a Corrupção" é promovida pela Funpar, em parceria com Associação de Câmaras e Vereadores do Paraná (Acampar). O movimento também conta com o apoio do Governo do Paraná, Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Contas (TCE-PR), Grupo Paranaense de Comunicação (Grpecom), União de Vereadores do Brasil (UVB), Associação de Municípios do Paraná (AMP), Assembleia Legislativa, Copel e parceiros na iniciativa privada.

## Contra a corrupção (II)

A campanha é uma iniciativa suprapartidária e pretende mobilizar os gestores públicos, personalidades das três esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), membros da academia e sociedade civil. O objetivo é fomentar a cultura da moralidade administrativa, por meio do aprimoramento de fórmulas de atuação conjunta no combate à corrupção para todos os níveis sociais, além de encorajar o cidadão a fiscalizar atos que violam a honestidade na vida pública. A "II Mobilização Estadual Contra a Corrupção" integra o movimento da Consocial — Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, na etapa das Conferências Livres. No Paraná, a Consocial é coordenada pelo Secretário Especial do Controle Interno, Mauro Munhoz, e presidida pelo Governador do Estado, Beto Richa. Para o encontro de três dias são esperados vereadores e vereadoras de todo o Estado, prefeitos, deputados estaduais e federais, ministros, secretários municipais e de estado, procuradores, juízes, advogados, jornalistas, ONGs, sociedade civil organizada, estudantes e interessados em geral. A "II Mobilização Estadual Contra a Corrupção" será realizada no Teatro da Reitoria da UFPR, Rua XV de Novembro, 1299 – Centro, Curitiba. As inscrições podem ser feitas pelo site [www.acampar.org.br](http://www.acampar.org.br).

# JORNAL DO ESTADO

PELA INTERNET

## Rapaz vai preso acusado de hackear e estuprar jovem

06 DEZ 2011

Policiais da Delegacia da Mulher prenderam, no sábado, um jovem de 20 anos. Ele é suspeito de estuprar uma jovem de 18 anos, na Rua Alfredo Bufren, 285, na Praça Santos de Andrade, Centro de Curitiba. Segundo a polícia, no dia 28 de novembro deste ano, a vítima estava em um site de bate-papo, quando um homem desconhecido invadiu seu endereço eletrônico e disse que tinha um vídeo dela nua. Ele teria invadido o computador da vítima acessando a webcam.

Durante o contato, o suspeito disse também que a jovem teria de fazer o que ele quisesse, caso contrário, o vídeo iria parar na internet para todos verem. Em seguida, o rapaz entrou no site de bate-papo apresentando-se como Paula, disse que também era hacker, que teria invadido o computador da vítima e confirmou que o seu computador estava com um vírus que permitia acessarem a sua webcam. Ainda acrescentou que o homem era muito perigoso e que era para ela fazer o que ele quisesse.

Para convencer a jovem, o suspeito disse que tinha uma dívida com um rapaz chamado Ricardo e que ela tinha de fazer sexo com ele. Só assim, o vídeo não seria divulgado na internet. O hacker marcou um encontro da vítima com Ricardo, em frente a Universidade Federal Paraná (UFPR), no Centro de Curitiba.

A jovem, ao tentar resolver a situação, foi até o encontro. Ao chegar no local, o rapaz que dizia ser Ricardo, na realidade era o próprio hacker, no caso, o suspeito. Dizendo ter uma arma, ele a levou para um apartamento na Praça Santos de Andrade, onde teria acontecido o crime. No local, estava um rapaz que serviu como testemunha. Ele afirmou na delegacia que só soube do estupro depois que viu a expressão da vítima.

Diante do apurado, foi emitido um mandado de prisão contra o rapaz. Na delegacia, segundo a polícia, o suspeito confessou que era ele quem falava com a vítima e que entrava no site de bate-papo de amigas e se passava por elas. Os computadores e celulares do suspeito serão pericidados para verificar se existem vídeos pornográficos ou conversas feitas pela internet entre o suspeito e a vítima, e também entre outras possíveis vítimas.

Ele foi encaminhado ao setor de carceragem temporária da delegacia, onde permanece à disposição da Justiça. A denúncia teria sido feita pela própria vítima.



# CNJ

## Programa de assistência a presos visita manicômio no Paraná

# 05 DEZ 2011

Um esforço conjunto de vários profissionais da Justiça e da saúde viabilizou o levantamento de medidas de segurança de 54 pacientes judiciários internados no Complexo Médico Penal do Paraná, em Pinhais/PR. Foi a primeira vez que o Programa Justiça no Bairro – que presta assistência aos presos e seus familiares – visitou o antigo manicômio judiciário. Determinada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), a visita está de acordo com a Recomendação n. 35 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incentiva a adoção da Política Antimanicomial pelo Poder Judiciário.

Impressionada com o que constatou no hospital, que considerou "um depósito humano", a desembargadora Joeci Camargo, coordenadora do programa, afirmou que entre os 420 pacientes internados no local por transtornos mentais, existem pessoas internadas há mais de 30 anos sem contato algum com a família de origem. Ao todo, o hospital atende cerca de 700 detentos de todo o sistema penal do Estado; desses, 380 são presos comuns recebendo tratamento de saúde.

Vínculo - Apesar de os peritos médicos-psiquiatras terem considerado aptos a viverem em liberdade 54 pacientes judiciários, apenas seis voltaram para suas antigas casas. "Eles obtiveram liberdade, mas perderam o vínculo com suas famílias e como não têm para onde ir, terão de ser mantidos, por enquanto, na Casa de Passagem (construída no antigo refatório do manicômio) até que possam ser transferidos para outro local", explicou o juiz Moacir Antônio Dala Costa, da 1ª Vara de Execução Penal (VEP), que conduziu o levantamento das medidas.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), Luciano Losekann, elogiou a iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná. "Isso é o ideal: que cada Estado realize seus próprios mutirões, imprimindo regularidade ao funcionamento da Justiça criminal. Quando constatarem a necessidade, os tribunais não devem ficar no aguardo da visita do Conselho. Sem contar que é fundamental os juízes criminais conhecerem a realidade sobre a qual trabalham", disse.

Benefícios - Além da avaliação clínica dos pacientes, o programa contou com uma equipe do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – parceira no programa –, destacada para analisar a possibilidade de concessão de benefício previdenciário (de até um salário mínimo) aos portadores de transtorno mental. De início, 62 pacientes foram interditados civilmente e encaminhados à Previdência Social a fim de terem seus casos analisados.

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**CNJ 05 DEZ 2011**

Dois deles já receberam permissão de benefício previdenciário. No próximo ano, mais processos serão encaminhados aos peritos do INSS, beneficiando outros internos. A desinternalização dos pacientes com a aplicação do benefício visa reduzir a reação negativa dos familiares em relação aos pacientes com transtornos mentais e possibilitar o pagamento das casas lares, para o caso daqueles que não possuem mais famílias.

Política Antimanicomial - A recomendação do CNJ, aprovada dia 12 de julho deste ano, sugere, entre outras iniciativas, a adoção das medidas de segurança em meio aberto, sempre que possível. E, ainda, que a internação deve ocorrer em hospitais da rede pública de saúde, somente em casos de extrema necessidade e revista no prazo máximo de um ano.

Os tribunais são orientados a mobilizar a sociedade civil com parcerias, compartilhando responsabilidades e estratégias que possam contribuir com o tratamento da saúde mental de forma humanizada. Devem, também, criar um núcleo interdisciplinar para auxiliar os juízes nos casos que envolvam pessoas com transtornos mentais. Os apenados com medidas de segurança devem ter acompanhamento psicossocial, de modo contínuo, durante o tempo de tratamento. **(Fonte: CNJ)**

# CNJ

## Balanço parcial da Conciliação aponta 158 mil audiências e quase 79 mil acordos

05 DEZ 2011

O balanço ainda parcial com os resultados da Semana Nacional de Conciliação aponta a realização de 158.327 audiências e formalização de 78.702 acordos em valores homologados que totalizam R\$ 559,9 milhões.

O balanço é parcial porque ainda não contém dados de todos os tribunais. O resultado final só será divulgado nos próximos sete dias, conforme prevê o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pela organização da Semana – quando será possível obter uma radiografia real das conciliações feitas nos Estados brasileiros.

Embora o balanço ainda não tenha dados completos, já é possível observar que, de 2006 até este ano, foi realizado cerca de 1,54 milhão de audiências. Tal esforço resultou em uma média de 650 mil acordos firmados pela cultura da pacificação de conflitos judiciais, homologando valores que, no total, chegam perto de R\$ 4 bilhões.

Movimento - Desde que foi criado pelo Conselho, o movimento pela Conciliação tem como objetivos fundamentais alterar a cultura de litigiosidade (que se tornou um entrave para a modernização e celeridade do Judiciário brasileiro) e promover a busca de soluções para os conflitos mediante essa prática. Com o estabelecimento da política nacional, a partir de dezembro do ano passado, passou a ser possível uma especialização das várias técnicas de mediação e a interlocução com os núcleos e centrais montados pelos tribunais. Isso levou a uma estratégia nacional com o intuito de disseminar a Conciliação em todo o país.

Fonte: CNJ